

CAE aprova parcelamento de débitos com Previdência

Medida, que ainda depende do plenário do Senado, beneficia empresas em dificuldades e profissionais desempregados que deixaram de recolher contribuições previdenciárias



Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que foi aprovado o parcelamento de débitos previdenciários

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem o projeto de lei da Câmara dos Deputados que autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, assim como pelos desempregados. A matéria será votada agora pelo plenário do Senado.

O projeto, que teve como relator o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), autoriza a negociação dos débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), anteriores a 1º de agosto de 1995, com parcelamento em até 96 meses, proporcionando ainda redução de 50% das importâncias devidas a título de multa.

A medida contempla ainda o assalariado, que tiver seu contrato de trabalho rescindido, com a possibilidade de regularizar junto à Previdência a situação relativa ao período de desemprego.

Também na reunião de ontem foi aprovada autorização para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro de Guarulhos (SP), cujos recursos serão destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes. A matéria, relatada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), deverá ser votada ainda pelo plenário.

Telejornal diário mostra atividades dos senadores

O telejornal "Jornal do Senado", com a cobertura das atividades dos senadores, está sendo gerado diariamente pela Radiobrás, via satélite aberto, no horário de 13h às 13h15, e poderá ser retransmitido por qualquer emissora. O programa é produzido pela Central de Vídeo da Subsecretaria de Divulgação do Senado Federal.

As emissoras interessadas devem sintonizar a parabólica neste horário, na frequência 4150 - polarização horizontal - transponder 12 A 1.

O "Jornal do Senado" também está sendo transmitido para todo o país pela Rede Vida, no canal 41 da Net e no canal 34 da TVA, às 13h35, e pela TV Apoio, Canal 14 da Net Brasília, às 18h20.

Senado dá aval a controle na exportação de bens sensíveis

Após quase duas horas de discussão, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei do Executivo que estabelece mecanismos de controle sobre a exportação de bens sensíveis - materiais químicos, biológicos e nucleares de aplicação bélica. Já aprovado na Câmara, o projeto vai à sanção presidencial.

O projeto foi votado em regime de urgência para que o governo brasileiro possa participar nesta segunda-feira, dia

9, em Bonn, na Alemanha, da reunião da Comissão para Regime de Tecnologia de Controle com uma legislação adequada às normas internacionais de não-proliferação de armas. Caso contrário, o país poderia sofrer restrições à importação de bens para a fabricação de mísseis e satélites.

Antes de ir ao plenário, o projeto foi aprovado de manhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Empréstimos beneficiam dois estados

Página 4

Cabral condena projeto para Zona Franca

Página 2

Cabral condena novo projeto do governo para Zona Franca

Senador teme que idéia de se impor uma "especialização" para a ZFM dificulte o acesso do empresariado a novos segmentos industriais

O senador Bernardo Cabral (PMDB-AM) denunciou ontem que o governo federal pretende instituir a especialização da Zona Franca de Manaus, o que, na opinião do parlamentar, seria uma medida mais grave do que o contingenciamento das importações daquela região. Ele apelou ao líder do governo na Casa, senador Elcio Alves (PFL-ES), para que leve ao conhecimento da equipe econômica do governo que a especi-



Bernardo Cabral

alização da Zona Franca será extremamente danosa para a região amazônica.

Exibindo um estudo preparado pelo economista Ronaldo Bonfim, o senador Bernardo Cabral disse que impor a especialização da Zona Franca implicará balizar e restringir seu futuro. Isto porque, explicou, a medida impedirá o acesso do empresariado daquela área a qualquer segmento industrial novo, resultante de novas descobertas tecnoló-

gicas.

Dizendo-se solidário com os problemas da Amazônia, o senador Elcio Alves afirmou que sempre viu aquela região como um importante ponto para o desenvolvimento turístico, explicou que os problemas amazonenses dizem respeito a todo o país e prometeu atender ao pedido de Bernardo Cabral. Os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Romero Jucá (PFL-RR) e Sebastião Rocha (PDT-AP) também se solidarizaram com as preocupações do senador amazonense.



Romero Jucá

Jucá cobra soluções para Roraima

Ao celebrar os sete anos da transformação de Roraima em estado, o senador Romero Jucá (PFL-RR) cobrou ontem do governo federal as soluções desenvolvimentistas preconizadas pela Assembléia Nacional Constituinte, à época daquela mudança.

Ele afirmou que a população de Roraima anseia por várias providências, entre elas a pavimentação da BR-174, a execução de projeto destinado a trazer energia elétrica da Venezuela para aquele estado, um plano de exploração mineral e a pacificação da questão fundiária.

Romero Jucá lamentou que o governo não tenha tomado qualquer providência capaz de garantir o desenvolvimento daquele estado. O senador informou ter um projeto destinado a permitir a exploração mineral de terras indígenas, pois, acentuou, considera um absurdo que um estado rico em minérios permaneça em tão preocupante situação de pobreza.

Aprovado nome de embaixador

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou na manhã de ontem, em votação secreta, após sabatina, a indicação do diplomata Virgílio Moretzsohn de Andrade para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito. A indicação será submetida ainda à decisão do plenário.

Também foi aprovado acordo cultural entre Brasil e Japão para a doação de equipamentos destinados à TV Cultura de São Paulo. Ainda foram aprovados textos de protocolo sobre navegação e transporte entre Brasil e Portugal.

Alcântara elogia flexibilidade da política de habitação

Há falta de moradias não apenas no Brasil, mas em quase todo o mundo, registrou em plenário o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que participou do Dia Mundial do Habitat, organizado pela ONU, em Curitiba, no último fim de semana. Para ele, o governo Fernando Henrique vem executando uma política de habitação e de saneamento que merece aplausos.



Lúcio Alcântara

Entre outros pontos positivos, Alcântara citou a transferência do financiamento, dado por órgãos do governo, do construtor para o próprio comprador do imóvel que, com isso, tem liberdade para procurar a moradia que deseja. Lembrou que os dirigentes dos programas de saneamento e de habitação popular agora ouvem conselhos municipais.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

9h - Preside Sessão não-deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

9h - Sessão não-deliberativa do Senado.

PREVISÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES
PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (10.10.95)

11h - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (11.10.95)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Exposição do ministro do Planejamento, José Serra, sobre orçamento. Local: Sala 11 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a PEC nº 26/95, que prorroga a vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Serviços de saúde terão índices públicos

Projeto aprovado pelo Senado estabelece avaliação periódica de hospitais, clínicas e laboratórios contratados pelo SUS. Resultados deverão ser amplamente divulgados



Leomar Quintanilha

Quintanilha: Tocantins faz 7 anos

Os sete anos de criação do estado do Tocantins foram registrados ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPR-TO), que enalteceu a Constituição de 1987 e a "luta redentora" do então deputado e atual governador do estado, Siqueira Campos, pela consolidação "de um sonho de 200 anos".

Quintanilha observou que o Tocantins tem potencial para transformar-se em um dos maiores celeiros de alimentos do país, devido à sua possibilidade de interação comercial com o Nordeste e à proximidade com o Porto de Itaqui, no Maranhão.

O senador Leomar Quintanilha lamentou, porém, que o governo federal "discrimine" o Tocantins no repasse de recursos orçamentários, e lembrou que o estado foi um dos primeiros a desenvolver programas modernos de administração ao privatizar as suas centrais elétricas.

O Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece a avaliação periódica do desempenho técnico e administrativo de hospitais, clínicas e laboratórios públicos e privados, contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de índices. Estes deverão ser amplamente divulgados, de fácil reconhecimento pela população e afixados em locais visíveis nos próprios estabelecimentos de saúde. O projeto, de autoria do deputado Jackson

Pereira, recentemente falecido, vai à sanção presidencial.

Os padrões, métodos de avaliação e periodicidade deverão ser definidos pelo Ministério da Saúde e a aplicação e divulgação dos índices ficarão a cargo das secretarias estaduais de Saúde. Os estabelecimentos privados que não integram o SUS também poderão solicitar a avaliação oficial.

Segundo a senadora Benedita da Silva (PT-RJ),

relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, a iniciativa do deputado "vem muito a propósito, num momento em que todo o sistema de saúde do país está em crise".

Em seu parecer, a senadora também destacou que, apesar de o SUS ter critérios para credenciar as instituições que lhe prestam serviços, eles não são aplicados às unidades públicas de saúde e tampouco avaliam a qualidade do serviço prestado.

Sergipe perde atendimento

O rompimento do convênio entre o Hospital de Cirurgia do Estado de Sergipe e o Sistema Único de Saúde (SUS) motivou ontem protestos do senador Antonio Carlos Valadares (PPSE). Segundo ele, o motivo do cancelamento é o pagamento irregular, pelo governo, das Autorizações para Internação Hospitalar (AIH). O senador defendeu uma solução urgente para o problema, com a participação do Congresso Nacional, e lamentou a crise que atinge o setor de saúde em todo o país.

Valadares informou que, jun-



Valadares

tamente com o governador de Sergipe e a bancada federal do estado, esteve nesta quinta-feira com o ministro da Saúde, Adib Jatene, quando expuseram a situação daquele hospital, maior instituição de atendimento à população pobre da capital e do interior sergipano - cerca de 15 mil pessoas por mês através do SUS.

Em aparte, Romero Jucá (PFL-RR) disse que o Senado não pode ficar de braços cruzados e sugeriu que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado envie um grupo de parlamentares para avaliar a situação.

Hospital fecha no Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) denunciou em plenário o fechamento, por falta de condições de funcionamento, do Hospital da Universidade Federal do Ceará - importante centro de atendimento médico para a população daquele estado. Conforme o parlamentar, uma assembléia formada por representantes políticos e da sociedade civil resolveu fechar o hospital, numa iniciativa que revela mais um capítulo da tragédia em que se transformou a

saúde pública no Brasil.

Alcântara informou também que fez contatos com o Ministério da Educação para explicar a grave situação do hospital, mas lhe comunicaram que era impossível resolver o problema. O hospital foi fechado por impossibilidade de continuar oferecendo qualquer serviço médico. Para mantê-lo em funcionamento, nos últimos dias, os médicos vinham comprando até algodão e luvas cirúrgicas.

Amorim quer prazo para dívida estadual

Um prazo de vinte anos, com três de carência, para que os estados liquidem as suas dívidas com a União foi o que defendeu ontem o senador Ernandes Amorim (RO), ao conclamar os senadores a aprovarem projeto de sua autoria nesse sentido. Segundo Amorim, a dívida mobiliária interna, como está, "é impagável" e representa uma política "sanguessuga", forçando estados como Rondônia a comprometer 38% de sua receita com a dívida de curto prazo.

A falência dos estados é a consequência natural dessa situação, alertou Ernandes Amorim, advertindo para a grave crise que o seu estado tem enfrentado devido às inúmeras greves que vão surgindo. A conta do estado bloqueada pelo Banco Central é um fator que agrava mais ainda a crise de Rondônia, acrescentou o senador.

Senado aprova empréstimos para Pernambuco e Paraná

Recursos, que totalizam R\$ 20 milhões, serão aplicados em sistema meteorológico e no saneamento básico



Flaviano Melo

Flaviano apóia processo contra governador

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) comunicou ter participado da comissão de parlamentares e sindicalistas que entregou ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, representação criminal contra o governador do Acre, Oleir Mesias Cameli.

Assinado por senadores, deputados federais e estaduais, vereadores, funcionários públicos e profissionais liberais, o documento pede que o governador seja denunciado no Superior Tribunal de Justiça, "em virtude de fatos tipificados criminalmente e que afrontam a população do estado".

Segundo Flaviano Melo, a representação "encontra-se instruída com farta documentação e aborda indícios irrefutáveis da participação do governador Oleir Cameli em ilícitos penais". O senador esclareceu que as denúncias "vão desde o caso da apreensão pela Receita Federal de um Boeing 727-200 (com contrabando) no aeroporto de Cumbica, em São Paulo, até malversação de recursos públicos, invasão de terras indígenas, retirada ilegal de madeira, sonegação de impostos e prática de trabalho escravo".

O Senado autorizou ontem o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) a tomar empréstimo no valor de R\$ 10,6 milhões junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), destinado ao Sistema Meteorológico do Paraná.

Os senadores autorizaram também o estado de Pernambuco a tomar empréstimo de R\$ 9,39 milhões junto ao banco alemão KfW, com

aval da União, destinados ao programa de saneamento básico do estado.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, por sua vez, aprovou ontem autorização para o governo do Ceará contratar operação de crédito no valor de R\$ 38,5 milhões, para aplicação em projeto turístico do estado.

Também foi aprovada outra solicitação do governo cearense, para realizar ope-

ração de crédito junto à Caixa Econômica, no valor de R\$ 703 mil, destinados à realização de obras de abastecimento de água e do sistema de esgotos de Fortaleza.

A CAE aprovou ainda solicitação do governo de Mato Grosso para emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado, visando à rolagem da sua dívida mobiliária. Essas autorizações dependem ainda da apreciação do plenário.

Rocha cobra punição para responsáveis por massacre

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que, meses depois do massacre de lavradores no município de Corumbiara, o país continua esperando que as investigações em torno do episódio apresentem resultados práticos que levem à punição



Sebastião Rocha

dos culpados.

O pronunciamento de Rocha recebeu o apoio do senador Romero Jucá (PFL-RR), que considerou fundamental a implementação de um programa de reforma agrária ágil e a instituição da Justiça Agrária.

Maluf copia idéia, afirma Suplicy

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), protestou ontem contra a atitude do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que teria, segundo o parlamentar, remetido à Câmara Municipal de São Paulo um projeto de renda mínima "em tudo semelhante" ao de autoria do vereador petista Arlindo Tato (SP), que já havia sido aprovado naquela Casa.

Suplicy qualificou como "pouco ético" o gesto de Maluf, "que não registrou nenhum crédito ao vereador". O senador lembrou que vários municípios brasileiros estão adotando programas de garantia de renda mínima e que seria importante a aprovação de um programa nacional com este objetivo.

Minas tem 21 obras paradas

Nada menos do que 21 obras federais estão paradas em Minas Gerais, e para concluí-las são necessários R\$ 500 milhões. Os números, computados pelo governo mineiro, foram apresentados ontem aos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Arlindo Porto (PTB-MG), da Comissão Especial do

Senado que investiga a situação das obras inacabadas.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) acompanhou os integrantes da Comissão em sua estada em Minas, 16º estado a ser visitado para a coleta de dados. Hoje, os senadores seguem para o Rio de Janeiro e São Paulo.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.